

A *Grounded Theory* como Abordagem Metodológica: Uma Experiência de Campo

Autoria: Marcelo de Rezende Pinto, Leonardo Lemos da Silveira Santos

Resumo

Uma vez que já é possível encontrar no Brasil alguns trabalhos que contemplam questões atinentes ao histórico, tipologias e principais características da *grounded theory*, este ensaio tem por finalidade contribuir para uma maior discussão dessa abordagem metodológica enquanto estilo de fazer pesquisa. A intenção é, portanto, promover o compartilhamento de experiências e vivências de pesquisadores que já se aventuraram por esta seara que ainda gera dúvidas e incertezas acerca de sua condução e operacionalização. De maneira específica, o trabalho tenta descrever uma experiência de campo e principalmente contar a saga de um pesquisador envolvido com o desafio de colocar a *grounded theory* em prática. Para isso, buscamos dividir o trabalho em três partes distintas. Na primeira parte, apresentamos a *grounded theory* de uma maneira ampla, introduzindo alguns dos seus princípios fundamentais (GLASER e STRAUSS, 1967; STRAUSS e CORBIN, 1998) a fim de familiarizar o leitor “não iniciado” com a temática da discussão. Na segunda parte, chegamos ao ponto principal do texto. É lá onde vamos descrever o trabalho de campo que foi realizado – nos moldes da *grounded theory* - com o objetivo de investigar a forma como os consumidores brasileiros oriundos das classes mais populares vivenciam suas experiências de consumo de produtos eletrônicos. Pode-se afirmar que o foco central da pesquisa foi a busca por entendimento das experiências de consumo dos consumidores brasileiros de baixa renda, por meio da construção de uma teoria substantiva, considerando-se, neste contexto, a percepção que esse estrato de consumidores tem de suas experiências de consumo de eletrônicos. Quanto à dimensão espacial, foram investigados consumidores de baixa renda que residem em uma das regiões mais pobres do município de Belo Horizonte. Finalmente, na última parte, finalizamos esse ensaio com algumas reflexões sobre as exigências práticas para a “operacionalização” de pesquisas comprometidas com “espírito” da *grounded theory*, bem como apresentamos algumas questões ainda em aberto (se é que há alguma já fechada) que exigem ainda uma reflexão maior. É também nesta parte que apresentamos as dúvidas, os dilemas, as dificuldades e as angústias vivenciadas ao longo de todo o processo de pesquisa contadas por quem passou por elas. Esperamos, com isso, não só fornecer algumas pistas para aqueles que pretendem desenvolver pesquisas nos moldes da *grounded theory*, mas também instigar e convidar os demais colegas que já desenvolveram pesquisas segundo essa abordagem metodológica, a também compartilhar suas idéias e vivências de modo que possamos refletir sobre nossas práticas.

Introdução

Quando começamos a empreender o esforço de produzir esse ensaio não sabíamos muito bem de onde partiríamos. Menos ainda de até onde poderíamos chegar com ele. Não queríamos, e isso era (mais ou menos) claro, produzir mais um artigo apresentando a *grounded theory* como uma opção metodológica. Falar sobre os seus procedimentos formais e/ou características marcantes. Esse é um esforço que já foi (e tem sido) empreendido há algum tempo. Felizmente, já contamos com trabalhos nacionais relevantes nesse sentido (BANDEIRA-DE-MELO e CUNHA, 2006; ISCHIKAWA e SANTOS, 2001) que podem servir de referência. De maneira geral, o nosso objetivo é de contribuir para a disseminação da *grounded theory* enquanto um estilo de pesquisa incentivando outros pesquisadores aqui do/no Brasil a se lançarem nessa aventura. Acreditamos que a partir do momento em que começarmos a compartilhar nossas experiências, nossas dificuldades, nossas dúvidas, nossos “achados” e nossos “atalhos”, essa viagem pode ficar mais tranqüila. Assim como acontece com qualquer tipo de tradição, há pelo menos duas formas básicas de se aprender a fazer pesquisa. A primeira delas é a leitura de trabalhos empíricos “exemplares”. A segunda, a “feitura” – por a mão na massa e ir a campo. No que diz respeito à *grounded theory*, ainda são poucos os trabalhos empíricos publicados no Brasil, menos ainda, se é que existem (nós não encontramos), são aqueles destinados a nos descrever não a *grounded theory* (produto final), mas a *grounded inquiry* (o processo de pesquisa). De maneira específica, nos propomos aqui a tentar descrever uma experiência de campo, a contar a saga de um pesquisador envolvido com o trabalho de colocar a *grounded theory* em prática – com a “feitura”. Esperamos, com isso, não só fornecer algumas pistas para aqueles que pretendem desenvolver pesquisas nos moldes da *grounded theory*, mas também instigar e convidar os demais colegas que já desenvolveram pesquisas segundo essa abordagem metodológica, a também compartilhar suas idéias e vivências de modo que possamos refletir sobre nossas práticas.

Para tanto, escrevemos nosso “roteiro dividindo a peça em três atos”. No primeiro deles, ainda que esse não seja o nosso foco principal, apresentamos a *grounded theory* de uma maneira ampla, introduzindo alguns dos seus princípios fundamentais (GLASER e STRAUSS, 1967; STRAUSS e CORBIN, 1998) a fim de familiarizar o leitor “não iniciado” com a temática da discussão e de dar-lhe algumas referências de onde possam partir para “se juntar a nós” no esforço de aprofundamento nas diferentes questões que circundam esse “estilo” de fazer pesquisa social. No segundo ato, chegamos ao ponto principal do texto. É lá onde vamos descrever o trabalho de campo que foi realizado – nos moldes da *grounded theory* - com o objetivo de investigar a forma como os consumidores brasileiros oriundos das classes mais populares vivenciam suas experiências de consumo de produtos eletrônicos. Tal como dissemos anteriormente, nossa preocupação no presente trabalho não é descrever a teoria fundamentada, mas o processo de pesquisa. Finalmente, no último ato, finalizamos esse ensaio com algumas reflexões sobre as exigências práticas para a “operacionalização” de pesquisas comprometidas com “espírito” da *grounded theory*, bem como apresentamos algumas questões em forma de dúvidas, dilemas, dificuldades e angústias vivenciadas por quem conduziu uma pesquisa empírica baseada nesta abordagem que exigem ainda uma reflexão maior. Reflexão essa que tende a evoluir na medida em que acumularmos experiência prática na execução de projetos de pesquisa sob essa perspectiva, na medida em que os “imponderáveis do mundo real” nos coloquem frente e frente com as dificuldades de “aplicar” nossas bem articuladas *frameworks* diante de sujeitos reais, “de carne e osso”.

GROUNDING INQUIRY: a grounded theory como abordagem metodológica

O livro *The Discovery of Grounded Theory*, publicado por Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss em 1967, é o grande marco do “nascimento” da *grounded theory* (traduzida em português para teoria fundamentada nos dados) enquanto *estilo de se fazer pesquisa social*.

Nele, os autores procuraram articular, sistematizar e apresentar as estratégias de pesquisa que construíram em seus trabalhos conjuntos realizados na década de 60 sobre a experiência da morte (*dying*) em hospitais dos EUA. Naquela época, em que toda uma tradição de pesquisa qualitativa estava perdendo espaço nas universidades, nas publicações científicas e nas agências de fomento, para os métodos quantitativos cada vez mais sofisticados, a *discovery da grounded theory* representou uma reação e se estabeleceu como uma alternativa à hegemonia da lógica hipotético-dedutiva dos trabalhos de orientação positivista nos estudos sociológicos (CHARMAZ, 2006). Glaser e Strauss (1967) estavam preocupados em desenvolver uma metodologia, ou um estilo de *se fazer pesquisa*, que fosse capaz de preencher o espaço existente entre o que eles chamaram de “pesquisas empíricas teoricamente desinteressadas” e de “teorias empiricamente desinteressadas”, que predominavam nas ciências sociais naquela época – o esforço havia sido todo concentrado apenas em “validar” teorias existentes, e muito pouco estava sendo feito no sentido de construir novas teorias (CHARMAZ, 2006).

Assim, o foco da atenção parecia estar em estabelecer (e tentar legitimar) um estilo de pesquisa em que fosse possível falar de pesquisas empíricas teoricamente interessadas, ou seja, direcionadas não para o teste de hipóteses já previamente estabelecidas segundo os pressupostos das Grandes Teorias (abstratas, generalizáveis, formais, mas distantes do “dia-a-dia das pessoas”), já disponíveis mas principalmente para a construção de “novas” hipóteses e de “novas teorias”. Segundo Glaser e Strauss (1967), as teorias geradas segundo a lógica “positivista científica” da época, apesar de serem formuladas de maneira muito sistematizada, ou justamente por esse excesso de sistematização, se revelavam muito abstratas e tinham muito mais a ver com os (pré)conceitos teóricos prévios dos pesquisadores, do que propriamente com a “realidade empírica”. Se o pesquisador estiver muito comprometido com uma teoria pré-definida em particular, *ele pode se tornar doutrinário e pode não conseguir enxergar além dos limites do arcabouço teórico que escolheu* (GLASER e STRAUSS, 1967, p.46).

Foi na tentativa de minimizar esse tipo de problema que Glaser e Strauss (1967) procuraram conceber um método de pesquisa em que o pesquisador, ao invés de “forçar” pressuposições ou categorias/conceitos teóricos pré-existente, ou seja, de tomar a teoria como ponto de partida, deveria procurar conceber uma teoria fundamentada em dados a partir, e representativos da “realidade” dos sujeitos estudados, ou seja, tomar a construção teórica como ponto de chegada. No modelo de pesquisa da *grounded theory*, esse movimento é invertido, aqui o pesquisador parte desde a observação empírica “lá fora” para só então começar a definição de conceitos (LOCKE, 2001). A idéia, nesse caso, é começar a pesquisa não pela definição de uma estrutura teórica-analítica, mas sim com um problema geral concebido apenas em termos de *perspectivas disciplinares* mais amplas (DEY, 1999). Essa área substantiva de pesquisa seria suficiente como ponto de partida para que o pesquisador decida *o que e onde* estudar. Uma vez tendo identificado o problema – definido em termos gerais – e selecionado o lugar onde esse problema pode ser estudado, o pesquisador deve permitir que as evidências que, aos poucos vão emergindo e se somando, ditem a sua *agenda de pesquisa* (DEY, 1999).

No entanto, quando se fala de uma teoria que emerge dos dados, parece natural perguntar sobre que tipo de teoria é essa. Glaser e Strauss (1967) utilizam uma classificação que considera dois tipos de teoria: formal e substantiva. As *teorias formais* são mais amplas, mais gerais e têm a pretensão de poderem ser generalizadas, ou seja, de se aplicarem a uma grande variedade de disciplinas, interesses e problemas (GOULDING, 2002). As *teorias substantivas*, por sua vez, procuram refletir a complexidade da vida social. São específicas, limitadas em seu escopo, ricas em detalhes e aplicáveis apenas dentro dos limites de um dado contexto social. Sem a preocupação de generalização estatística para além da sua área substantiva, procura aprofundar a explicação de uma “realidade” local, particular, construída a

partir das experiências vividas por um determinado grupo social (DEY, 1999; GOULDING, 2002). É à geração de teorias substantivas, especialmente importantes quando se trata de um fenômeno social insuficientemente explicado pelas teorias formais existentes, que a *grounded theory* se propõe. Esse tipo de teoria se “encaixa” e “funciona” bem porque é construída com conceitos e categorias que emergem a partir dos termos que os próprios agentes sociais usam para interpretar e organizar o seu mundo. Locke (2001) insiste nesse ponto afirmando que uma “boa” teoria substantiva deve ser útil no dia-a-dia não apenas para os sociólogos, mas também para os “leigos”. Isto é, ela precisa ser apreensível, compreensível, relevante para a prática e aplicável em diferentes situações/condições à luz da “realidade cotidiana” das pessoas que “vivem” o processo social que está sendo investigado. Conseguir isso não é, entretanto, uma tarefa fácil.

A lógica abdutiva de pesquisa e a tecelagem teórica

Diferente daquilo que muitos parecem querer apontar, a *grounded theory* enquanto um estilo de pesquisa não pode ser confundido com um processo de caráter inerentemente indutivo (SUDDABY, 2006). Ela segue, isso sim, uma lógica abdutiva de pesquisa. A *abdução* é um terceiro tipo de inferência para além da *indução* e da *dedução*. Segundo Peirce (1965) novos conhecimentos emergem principalmente através da interação entre abdução e indução. O curso normal da ciência no que tange ao desenvolvimento de novas teorias envolveria, nesse caso, a “coleta” de fatos (indução) que dá “vazão” a uma (ou mais) abdução (criação “imaginativa”, nova idéias, intuições e palpites), que acaba se tornando um tipo de “hipótese”, que é, então, “testada” por um novo ciclo de indução. Peirce (1965) procura explicar a abdução da seguinte maneira: (a) um “fato” surpreendente, C, é observado; (b) se a hipótese A for verdadeira, ou seja, capaz de explicar C; (c) então, há um fundamento para “perseguirmos ou adotarmos” A. Pensando em termos da *grounded theory*, a hipótese A toma, em geral, a forma de um código ou uma categoria que o pesquisador estabelece “imaginando” que ele (ou ela) tenha a capacidade de “representar” os incidentes observados, por exemplo, na fala de um entrevistado. A explicação da lógica abdutiva de Peirce poderia então ser reescrita da seguinte maneira: (a) uma (interessante, surpreendente, intrigante etc) passagem do “texto da fonte (entrevistado, documento, observação) 1”, C, é encontrada; (b) se o significado (código, categoria etc), A, de C, pode ser aplicável aos “textos das demais fontes” como um todo; (c) então há um fundamento para “perseguirmos ou adotarmos” A.

De maneira semelhante ao que propõe Peirce (1965) em seu conceito de lógica abdutiva de pesquisa, Strauss e Corbin (1998) apontam que tanto a indução pura quanto a dedução pura são necessariamente estéreis. Para eles, nesse sentido, as novas idéias resultam de uma combinação desses elementos fundamentais. Por isso, no “coração” do processo de teorizar da *grounded theory* está a interação constante entre *indução* ↔ *dedução* ↔ *verificação* (STRAUSS e CORBIN, 1998). Ou seja, um fluxo contínuo [ao longo de todo o processo da pesquisa] de *induções* (que se refere aqui ao trabalho de derivar conceitos e suas propriedades e dimensões dos dados primários), *deduções* (que diz respeito aqui ao esforço de construir proposições sobre as relações entre os conceitos utilizando os dados que foram “tratados” pelo pesquisador a partir dos dados primários) e *verificações/validações* (relativas aqui ao processo de checar se novos dados primários sobre o fenômeno em estudo podem ser explicados pelo modelo teórico formulado). Nesse sentido, não conseguimos encontrar ou descobrir conhecimento tanto quanto o construímos ou elaboramos. Inventamos conceitos, modelos e esquemas para entender uma experiência e testamos e modificamos continuamente essas construções à luz de novas experiências (SCHWANDT, 2006).

Esse é um processo que consiste em tomar decisões sobre, e agir, em relação às diferentes questões que aparecem ao longo da pesquisa – o que, quando, onde, como, quem etc – e que precisam ser consideradas sob diferentes perspectivas. Qualquer proposição (ou

hipótese) derivada dos dados previamente coletados deve, portanto, ser continuamente verificada (modificada, ampliada, mantida ou excluída) sempre que novas informações sejam incorporadas. De acordo com a lógica abductiva, a partir dos dados coletados em campo, princípios gerais são estabelecidos indutivamente – *processo indutivo de interpretação*. Desses princípios, são deduzidas categorias específicas e relações entre elas para constituir um primeiro “esboço” da teoria substantiva que se pretende gerar. Com esse modelo teórico inicial “em mãos”, é preciso voltar “ao campo” para verificar como ele se comporta diante de um novo conjunto de material empírico (BANDEIRA-DE-MELLO e CUNHA, 2006; CHARMAZ, 2006). É nesse ínterim que se articulam dois aspectos fundamentais da *grounded theory* enquanto estilo de pesquisa – a amostragem teórica e a comparação constante.

A comparação constante é o elemento fundamental da *grounded theory* - enquanto metodologia de pesquisa -, uma vez que funciona como uma espécie de amálgama que interliga os processos de coleta seletiva dos dados (amostragem e saturação teórica), de análise (codificação e categorização), e de formulação (*writing*) da teoria (HAIG, 1995; EGAN, 2002). Fazer comparações é essencial para a análise dos dados na *nossa metodologia* (STRAUSS e CORBIN, 1998, p.78), não apenas para identificar e classificar incidentes (comparação incidente-incidente), mas também para estimular a reflexão sobre propriedades e dimensões de categorias conceituais mais “densas” (comparação teórica) e, para (re)direcionar a amostragem teórica do estudo. O método de comparação constante – envolvido no processo simultâneo de coleta, codificação e categorização dos dados - pode ser dividido, basicamente, em dois grandes tipos de comparação: *incidente-incidente e teórica*.

A comparação *incidente-incidente* consiste em: (a) identificar incidentes, acontecimentos, atividades, objetos, ações, e todo tipo de informação coletada sobre o fenômeno em estudo; (b) compará-los entre si em busca de similaridades e diferenças; e (c) agrupá-los e/ou dividi-los em categorias conceituais novas (atribuindo-lhe um rótulo/nome) ou em categorias que já tenham sido criadas e nomeadas (CRESWELL, 1998; STRAUSS e CORBIN, 1998). A cuidadosa e constante comparação incidente-incidente possibilita a identificação e a discriminação de categorias conceituais potencialmente relevantes criadas e nomeadas a partir da interpretação que o pesquisador faz dos dados (CHARMAZ, 2006). Coerente com a lógica abductiva, qualquer categoria conceitual que emerge dos dados deve ser considerada provisória. Ela só ganha um lugar “definitivo” no modelo teórico quando é observada, repetidas vezes, nas entrevistas, observações, documentos etc ao longo do processo de pesquisa (CORBIN e STRAUSS, 1990; GOULDING, 2002) – quando ela “sobrevive” a um ciclo constante de comparações. O fato de novos incidentes observados nos dados “brutos” se encaixarem (ou poderem ser associados diretamente) em uma determinada categoria já constituída faz aumentar a sua fundamentação empírica. Caso contrário, quando um novo incidente fica “sem lugar” e não é possível associá-lo às categorias pré-existentes, uma nova categoria pode estar começando a emergir dos dados.

A *comparação teórica*, por sua vez, ganha espaço na fase de análise dos dados que Charmaz (2006) define com codificação axial ou focalizada. A comparação, nesse caso, é mais direcionada, seletiva e conceitual do que a incidente-incidente. Depois de ter estabelecido certa quantidade inicial de códigos, o pesquisador precisa direcionar os seus esforços analíticos para sintetizar e explicar aquilo que emergiu como mais freqüente e/ou relevante nos seus dados (CHARMAZ, 2006). É um processo, portanto, que acontece em um nível maior de abstração cujo objetivo principal é delimitar as propriedades e dimensões das categorias conceituais, bem como estabelecer a relação que existe entre elas (BANDEIRA-DE-MELLO e CUNHA, 2006).

Na medida em que caminha no processo de refinamento e desenvolvimento conceitual das categorias é comum encontrar uma série de “espaços em branco” nos dados e alguns “furos” na teoria em construção. Nesse caso, é necessário voltar ao campo para coletar novos

dados que sejam capazes de fornecer as “peças” que faltam para montar o nosso “quebra-cabeça”. Ao fazer esse retorno, entretanto, o pesquisador já tem (ou já deveria ter) uma idéia das informações que ele precisa para completar a estória que está tentando contar (CHARMAZ, 2000). É nesse momento que entra em cena a amostragem teórica.

No processo de amostragem teórica é o pesquisador, com base nas suas análises e na “sua” teoria emergente, quem decide quais dados devem ser coletados a seguir e onde encontrá-los (SÉLDÉN, 2005; GOULDING, 2002). Os casos a serem amostrados são escolhidos ao longo do processo de pesquisa – e não antes - na medida em que o pesquisador “precisa” deles. *Como pesquisadores não somos capazes de dizer antecipadamente que categorias as nossas observações vão sugerir que são relevantes, persistentes e interessantes* (LOCKE, 2001, p.55). Assim, o processo de coleta de dados é controlado pela teoria que “emerge”. Na medida em que conceitos vão sendo identificados, categorias vão sendo estabelecidas e uma teoria vai sendo construída, “novos” indivíduos, grupos, organizações, situações, eventos, contextos etc são incorporados para “fortalecer” os “achados” da pesquisa (GOULDING, 2002; LOCKE, 2001). A amostragem na *grounded theory* é dita teórica porque é feita em termos das categorias conceituais, suas propriedades, dimensões e variações que ainda permaneçam “assumidas” e questionáveis. *As nossas categorias nos levam de volta ao campo para obtermos mais insights sobre quando, como, e em que medida elas são pertinentes, relevantes e úteis* (CHARMAZ, 2000, p.266). A lógica da amostragem teórica envolve assim (1) coletar dados iniciais, (2) construir algumas idéias sugestivas e não definitivas sobre eles e, então, (3) examinar essas idéias através de novos dados.

Vale ressaltar, entretanto, que a amostragem teórica propriamente dita deve começar apenas quando o pesquisador já definiu e conceituou algumas categorias preliminares relevantes que se mostrem “dignas” de serem desenvolvidas e colocadas “à prova” com novos dados. Segundo Charmaz (2006, 2000), uma amostragem teórica prematura pode fazer com que o pesquisador caia em algumas “armadilhas” que são comuns na construção de *grounded theories*: fechamento prematuro de categorias analíticas; construção de categorias banais, triviais, redundantes, sem foco, muito amplas e pouco específicas; excesso de confiança em proposições existentes e/ou muito evidentes para elaborar e verificar as categorias. Um dos “grandes perigos” da *grounded theory* está justamente no fato de que parece haver uma tendência dos pesquisadores de se comprometerem “muito e cedo demais” com as suas primeiras conceituações - uma vez formulada uma primeira versão da teoria muitos se perdem na tentativa de apenas consolidá-la. A arte de uma “boa” análise qualitativa está na tolerância do pesquisador à ambigüidade e na sua capacidade de resistir à tentação de uma “saída prematura de cena”.

Uma aplicação da *grounded theory* em uma pesquisa empírica

O objetivo da pesquisa era investigar como as experiências de consumo de eletrônicos pelos consumidores de baixa renda interagem com o sistema cultural e simbólico envolvido no fluxo da vida social cotidiana. Ainda que seja difícil estabelecer os limites do tema consumo visto que ele é nada mais nada menos um fenômeno que atravessa 100% a vida social e está em todo lugar (MIGUELES, 2007), pode-se afirmar que o foco central da pesquisa foi a busca por entendimento das experiências de consumo dos consumidores brasileiros de baixa renda, por meio da construção de uma teoria substantiva, considerando-se, neste contexto, a percepção que esse estrato de consumidores tem de suas experiências de consumo de eletrônicos. Quanto à dimensão espacial, investigaram-se consumidores de baixa renda que residem em uma das regiões mais pobres do município de Belo Horizonte.

No entanto, é possível enfatizar que a pesquisa tem o “viés” da *grounded theory* interpretativista tal como inicialmente “sugerida” por Strauss e Corbin (1998) e discutida (como construtivista) por Charmaz (2006). Vale destacar que em estudos baseados na

grounded theory, o pesquisador não começa o seu projeto com uma teoria preconcebida. Ao contrário, opta por iniciar com uma área de estudo ampla, permitindo que a teoria vá emergindo dos dados ao longo do processo de pesquisa. Assim, não se assume um referencial teórico *a priori*, visto que não se conhece o que é relevante para os sujeitos envolvidos (BANDEIRA-DE-MELLO e CUNHA, 2006). Por isso, a revisão da literatura conduzida no estudo limitou-se a apresentar um breve estado da arte da área de conhecimento com alguns elementos relevantes, com vistas a perceber “lacunas” que poderiam ser supridas pela construção da teoria substantiva. Vale destacar também que as questões de pesquisa foram abertas e gerais, e, evidentemente, não formalizadas na forma de hipóteses específicas.

O trabalho de campo

O trabalho de campo iniciou-se em um período anterior à etapa de coleta de dados “formal” da pesquisa, quando passei a conversar informalmente com alguns dos entrevistados, a fim de identificar alguns traços básicos do cotidiano, e a compreender a dinâmica das relações entre eles. Esta fase do trabalho, de forma não sistemática e eminentemente exploratória, aconteceu durante os meses de janeiro a maio de 2008 e não contou com o apoio de nenhum instrumento de pesquisa além da anotação de algumas notas sobre aspectos que eu considerava relevante. Além de facilitar a tarefa da construção de um roteiro inicial de entrevista e de observação, esta fase mostrou-se, mais tarde, particularmente interessante, porque tive a possibilidade de conhecer várias das pessoas que se converteriam, posteriormente, em informantes-chave da pesquisa. Como minha inserção na comunidade se deu por meio de um projeto social, as pessoas foram bastante receptivas e abertas, ainda que eu sentisse uma certa “manipulação” nos discursos, provavelmente em decorrência da minha presença considerada “estranha” pelos entrevistados. Foi nesta fase que percebi uma questão que mudou minha abordagem nas etapas subseqüentes da pesquisa. Comecei a notar que, se por um lado as pessoas – ao falarem de si mesmas -, não raramente, assumiam uma postura muito defensiva, por outro, quando eu perguntava sobre o comportamento dos outros moradores ou vizinhos dos entrevistados, a situação mudava completamente. A coordenadora de uma creche da Prefeitura de Belo Horizonte que atuava em projetos sociais na favela há quase quarenta anos já me havia dado o “conselho” a partir de sua experiência com este tipo de público: “Você aborda mais ou menos a família e depois você confirma com a vizinhança”. Devido à proximidade física das casas, é fácil obter a informação de que necessita “acessando” a vizinhança. Assim, comecei a trabalhar com um cenário em que os moradores diziam “mais a verdade” não ao falarem deles mesmos, mas sim dos seus vizinhos.

A segunda fase do trabalho de campo, que estendeu dos meses de maio de 2008 a fevereiro de 2009, foi marcada por um *mix* de conversas informais, de visitas às casas dos entrevistados e, principalmente, de entrevistas semi-estruturadas. Foi de fundamental importância a interação inicial que tive com os moradores na primeira fase da pesquisa. Quebradas as primeiras barreiras e desenvolvida certa intimidade, muitas das pessoas entrevistadas já se sentiam mais à vontade na minha presença – eu já não era totalmente estranho. Algumas vezes, fui chamado de “repórter” e uma das minhas entrevistadas chegou a se gabar com uma das suas amigas em minha presença, afirmando que era uma “pessoa importante”, pois estava sendo entrevistada por alguém da “universidade”.

Contudo, tive algumas dificuldades em conversar com algumas famílias que pensava ser essenciais para a pesquisa. Em uma das minhas andanças em mais um “domingo comum” que passava no bairro, por acaso, tive acesso à casa de uma família composta por mulher, marido e dois filhos pequenos. Pude constatar que sua casa, apesar de pequena, escura e sem ventilação, era bem mobiliada e possuía muitos aparelhos eletrônicos, como televisão de plasma de 42 polegadas com acesso à TV a cabo, outras duas televisões menores e diversos outros aparelhos eletrodomésticos. Tentei por diversas vezes o contato com a dona da

residência, mas ela sempre arranjava uma desculpa e se negava a conversar. Acabei, por fim, desistindo de manter qualquer contato. Vale comentar que à medida que o trabalho de campo avançava, juntamente com a análise dos dados, o roteiro de entrevista, gradativamente, sofria alterações e novas inclusões, advindas das categorias que emergiam.

Finalmente, a terceira fase do trabalho de campo teve por objetivo fazer checagens com alguns dos entrevistados acerca de algumas categorias que emergiram da análise executadas e tentar aumentar a densidade da teoria em construção. Essa fase aconteceu no mês de março de 2009 e marcou o fim do trabalho de campo. Julgou-se, naquele momento, que se havia atingido o que Strauss e Corbin (2008) chamam de “saturação teórica”, ou seja, havia chegado “ao ponto no desenvolvimento da teoria em que não surgem novas propriedades, dimensões ou relações durante a análise” (p. 143).

Entrevistas e observação

Para conduzir as entrevistas e as observações apoiei-me na metodologia de entrevista propostas por Gaskell (2002) e McCracken (1988). Também levei em consideração a orientação de Strauss e Corbin (2008) quando indicam que perguntas de entrevista inicial ou áreas de observação devem ser baseadas em conceitos derivados da literatura ou da experiência. Ou, melhor ainda, do trabalho de campo preliminar. Quanto ao roteiro de observação, busquei seguir as orientações de Mariampolski (2006), que entende que a ferramenta básica para conduzir uma pesquisa observacional é o guia de observação, compreendido como o estabelecimento de atenções sobre como as visitas procederão em termos de comportamentos a serem observados, tópicos a serem cobertos, a quantidade de tempo a ser gasto em cada área e a sequência de questões ou provas que serão introduzidas. As observações foram conduzidas informalmente nas inúmeras visitas que foram feitas às casas dos moradores. À medida que a fase de coleta de dados avançava, as observações tornavam-se mais focadas em alguns aspectos.

Diante da riqueza de detalhes de cada conversa e visita, os principais aspectos de cada situação vividos por mim foram registrados em diários de campo, nos quais, além dos acontecimentos e descrições, havia a preocupação em se descrever os sentimentos do pesquisador e algumas interpretações que julgava pertinentes tanto ao dia a dia dos informantes quanto aos seus discursos e práticas. O diário de campo, também chamado de “notas de campo”, é uma ferramenta importante para a pesquisa etnográfica, pois caracteriza-se pelo registro detalhado das observações do etnógrafo, bem como interpretações e sugestões feitas por ele (AGAR, 1980). Ao longo do trabalho de campo foram geradas mais de 60 páginas de diários de campo, digitadas em espaço simples. A seguir, um trecho de um diário de campo.

“Cheguei na Associação naquele dia cedo e logo notei um grande movimento de pessoas, pois além de estar acontecendo o bazar, era um domingo especial, em virtude da comemoração do Dia das Crianças. Achei interessante observar e acompanhar o comportamento das pessoas em um bazar beneficente, porque muitas das entrevistadas citaram que compram diversos produtos (roupas, sapatos, móveis e até alguns aparelhos eletrônicos) nesse tipo de comércio, que é bastante comum em áreas pobres... No caso desse bazar, que acontece sempre no segundo domingo de cada mês, o objetivo era levantar recursos para a manutenção de uma creche que abriga quase 100 crianças. Aproximadamente às 9 horas, o portão foi aberto, e todas as pessoas que estavam na fila tiveram acesso a um salão no qual os produtos estão expostos. Trabalhavam no bazar cerca de 20 voluntários, que se distribuíram nas várias “seções”: roupas mais baratas, sapatos, bijoutherias, brinquedos, livros, material escolar, artigos de casa, móveis e até um local mais isolado, chamado pelos voluntários de “butique”, onde eram vendidas roupas de melhor qualidade e em melhor estado de conservação. Observei que os preços eram extremamente baixos. Vários voluntários me informaram que existe uma demanda considerável por móveis e eletrônicos por parte dos compradores do bazar. Na saída, foi instalado um “caixa”, no qual um voluntário controlava o pagamento das compras. Todos os pagamentos eram feitos em dinheiro e muitos compradores pediam para parcelar os valores devidos das compras, o que era plenamente atendido. Muitas delas pagavam as compras com cédulas muito amassadas. Verifiquei que a maioria das compras é de roupas

para crianças. Também notei que boa parte das compras não ultrapassava R\$ 10,00. Foi possível observar que existe certa informalidade nas compras, pois algumas compradoras se dirigiam aos voluntários pedindo que se aparecesse algum produto de seu interesse o avisasse rapidamente. Presenciei uma dessas situações: uma senhora simples insistiu, por diversas vezes, que se aparecesse uma televisão ela tinha muito interesse na aquisição...”(Diário de campo, 12/10/2008)

Tanto os procedimentos de entrevistas, quanto os de observação seguiram as orientações propostas por Gaskell (2002), Flick (2004) e McCracken (1988), conjugadas com as de Strauss e Corbin (2008), Goulding (2002) e Charmaz (2006) no tocante ao método da *grounded theory*. Ganha vulto, contudo, a importância de não se manter os instrumentos de pesquisa “fechados”. Pelo contrário, os guias de observação, bem como os roteiros de entrevistas vão sendo “talhados” ao longo do processo de pesquisa. De fato, no caso desta pesquisa, estes instrumentos foram sofrendo substanciais alterações, ganhando a “cara” dos dados que foram sendo revelados pelos entrevistados. Muitas questões que emergiram da pesquisa, tais como a importância dos relacionamentos, o compartilhamento de espaços e objetos, a distinção por meio do consumo, entre diversos outros, serviram para ampliar os roteiros e torná-los mais aderentes à realidade dos pesquisados.

Além disso, em alguns momentos, percebi que os depoimentos coletados nas entrevistas não coincidiam exatamente com os comentários que no dia a dia, as pessoas faziam a respeito de suas vidas ou do que eu percebia como “real” na convivência com eles. Assim, para interpretar e desvendar o significado não só do discurso, mas da vivência à qual ele se adere, tive que lançar mão de outros tipos de dados. Os dados de observação participante, nesse sentido, sobre aspectos do cotidiano, bem como de suas casas e suas ações foram essenciais. Ademais, como já dito anteriormente, a partir de uma constatação na primeira fase de coleta de dados, passei a me referir aos vizinhos para obter maiores informações acerca dos comportamentos.

A seleção dos entrevistados

A lógica da amostragem representativa é útil para muitas situações de pesquisa social, mas não se presta para situações de pesquisa na qual o objetivo é a construção de teorias (BAUER e AARTS, 2002). Na condução desta pesquisa, a mais adequada foi a denominada “amostragem teórica” (STRAUSS e CORBIN, 1998; CHARMAZ, 2006; GOULDING, 2002), pois quando construímos teoria indutivamente a amostragem é direcionada pela própria teoria (GOULDING, 2002). Assim, pode-se definir amostragem teórica como o tipo de coleta de dados conduzida por conceitos derivados da teoria evolutiva e baseada no conceito de “fazer comparações”, cujo objetivo é procurar locais, pessoas ou fatos que maximizem oportunidades de descobrir variações entre conceitos e de tornar densas as categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões (STRAUSS e CORBIN, 2008). No caso da pesquisa, a seleção das pessoas que comporiam o *corpus* também se deu de forma articulada com os próprios entrevistados. No início do trabalho de campo, não havia nenhuma “regra” ou “plano” *a priori* no tocante à seleção dos entrevistados. A escolha baseou-se na minha “sensibilidade” enquanto pesquisador e na busca por entender os detalhes das várias categorias que emergiram das análises.

A análise dos dados

A análise de dados consiste em uma das principais fases do método da *grounded theory*, visto que a teoria emerge dos dados. Ademais, é a análise que conduz a coleta de dados. Por isso, há uma interação constante entre o pesquisador e o ato de pesquisa. Ao mesmo tempo, a análise não é um processo estruturado, rígido e estático. É um processo livre e “criativo”, por meio do qual o pesquisador busca respostas analíticas para os fenômenos em análise. Nesse sentido, duas tarefas foram essenciais para a análise dos dados coletados na

fase de trabalho de campo: a elaboração de questionamentos sobre os possíveis significados; e a condução de comparações, seguindo as orientações propostas por Strauss e Corbin (2008).

Outra importante fase da análise dos dados foi a codificação dos dados, que é também de extrema importância para o método da *grounded theory* (MELLO, 2002; GOULDING, 2002; CHARMAZ, 2006). No caso desta pesquisa, optei por seguir os procedimentos tal como proposto pelos autores. Assim, o processo pode ser dividido em três etapas: aberta, axial e seletiva. A codificação aberta envolveu a quebra, análise, comparação, conceituação e categorização dos dados. Após a identificação de categorias conceituais pela codificação aberta, a codificação axial examinou as relações entre categorias e subcategorias. Por fim, a codificação seletiva refinou todo o processo, identificando a categoria central da teoria, com a qual todas as outras estão relacionadas.

Devido à grande carga de trabalho composta por tarefas mecânicas associadas ao gerenciamento de fragmentos de textos e elementos construídos pelo pesquisador ao longo do processo de análise, é possível recorrer ao que pode ser chamado de “programas de apoio a análise qualitativa” (BANDEIRA-DE-MELLO, 2006). Esses *softwares* contêm uma variedade de propriedades, como: mecanizar tarefas de organização e arquivamento de dados; facilidade para armazenar os comentários dos pesquisadores que podem ser ligados a palavras-índices ou segmentos de textos; propriedades para definir ligações entre palavras-índices, utilização de filtros, de tal modo que a busca de segmentos de textos possa ser restringida por certas exigências (KELLE, 2002); e auxiliar o desenvolvimento da teoria e auxiliar na redação dos relatórios finais (MUHR, 1991).

Em todo o processo de análise de dados, utilizei um *software* de tratamento de dados qualitativos, o ATLAS/ti, versão 4.1, desenvolvido pela *Scientific Software Development*. Este *software* foi criado, principalmente, visando à construção de teorias e tem como principal função o gerenciamento de dados textuais.

Ainda fazendo parte de todas as etapas de análise de dados, é importante salientar a utilização de técnicas propostas por autores como Strauss e Corbin (2008) e Charmaz (2006) para contribuir no aprimoramento da qualidade da teoria gerada. Entre essas técnicas podem ser citadas: a triangulação, checagem com os entrevistados, tempo em campo e auditorias. O QUADRO 1 descreve, no tocante a essas técnicas, o que foi conduzido na pesquisa.

QUADRO 1 - Técnicas utilizadas para aprimorar a qualidade da teoria gerada

TÉCNICAS	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO NA PESQUISA
TRIANGULAÇÃO	Essa técnica prevê a utilização de múltiplas fontes de dados na busca por divergências que podem revelar novos “entendimentos” sobre o fenômeno.	A triangulação foi feita com base em entrevistas com profissionais que convivem com o público pesquisado por vários anos. Ademais, a técnica de observação foi utilizada para confirmar o discurso dos entrevistados.
CHECAGEM COM OS ENTREVISTADOS	A cada rodada de entrevistas, os dados são devidamente checados com os entrevistados.	A pesquisa de campo desenvolveu-se em três grandes etapas. Porém, a fim de se evitar acúmulo de material advindo das entrevistas e notas de campo, optei por analisá-las à medida que estavam acontecendo. Após as análises, voltava-se aos entrevistados para checagem.
TEMPO NO CAMPO	O pesquisador deve manter-se em campo até atingir a saturação teórica.	O contato com os pesquisados durou mais de 14 meses, desde o início da coleta de dados até a última entrevista.
AUDITORIAS	Elaboração de notas e esquemas a fim de facilitar o trabalho de outros pesquisadores no resgate e confirmação dos resultados encontrados.	Foram criados três roteiros com questões de auditoria para auxiliar os leitores na avaliação do processo de pesquisa e da fundamentação empírica da teoria.

Fonte: Elaborado própria (2009)

Os roteiros de auditorias são formas importantes de avaliar tanto o processo de pesquisa quanto a fundamentação empírica da teoria. Assim, achou-se adequado elaborar alguns roteiros de auditoria relacionados às etapas de trabalho de campo, análise de dados e construção da teoria. Um exemplo destes roteiros pode ser visualizado no QUADRO 2.

QUADRO 2 – Questões a serem observadas na auditoria para a etapa de trabalho de campo

QUESTÕES PARA A AUDITORIA PARA A ETAPA DE TRABALHO DE CAMPO
Como as entrevistadas foram escolhidas?
Quais foram as características dessas entrevistadas consideradas relevantes para a sua escolha?
Como foram construídos os roteiros de entrevistas semiestruturadas? Como eles foram alterados ao longo da pesquisa para permitir um melhor entendimento dos fenômenos e maior densidade das categorias?
Com base em que categorias foi feita a amostragem teórica? Isto é, como as formulações teóricas guiaram parte da coleta de dados?
De que forma as observações foram conduzidas ao longo do processo de pesquisa?

Fonte: Elaboração própria com base em Strauss e Corbin (2008) e Charmaz (2006)

Por fim, cabe salientar a importância dos memorandos. Sua elaboração constitui um passo intermediário entre a coleta de dados e a escrita do relatório final de pesquisa. Os memorandos constituem um método crucial na *grounded theory*, pois eles “aprontam” o pesquisador para analisar os dados e códigos no processo de pesquisa. Assim, escrever sucessivos memorandos ao longo do processo de pesquisa mantém o pesquisador envolvido na análise e ajuda a aumentar o nível de abstração de suas idéias. Ademais, por meio de memorandos, o pesquisador pode construir notas analíticas para explicar e preencher categorias (CHARMAZ, 2006). A seguir, um dos memorandos gerados em uma das fases de análise de dados acerca do código “Aparelhos são para todos”.

“Esse código, que tive a preocupação de colocar entre aspas, parece ser uma interessante conclusão da primeira fase da coleta de dados. Ainda que tenha sido recorrente nas entrevistas executadas com donas de casa de famílias numerosas, os aparelhos eletrônicos nessas residências parecem ser de uso de todas as pessoas. Algumas considerações, entretanto, precisam ser feitas e devem ser melhor analisadas em outras fases da coleta:

- 1) *Os aparelhos são colocados na sala por questão de falta de espaço ou para possibilitar o uso em conjunto de todas as pessoas?*
- 2) *Existe realmente uma preocupação de não se dividir o uso dos aparelhos para que os filhos, por exemplo, não possam ter um uso individualizado, como acontece, por exemplo, em residências que não são de baixa renda?*
- 3) *Relacionado às experiências de consumo, como acontecem as brigas para definição de quem vai assistir o que na televisão ou ouvir o que no som?*
- 4) *Seria então a experiência de consumo desses aparelhos uma forma de reunião de família? Isso seria característico de uma família de baixa renda?” (Memorando)*

Construindo a teoria

Duas considerações são essenciais com relação a esta seção. A primeira remete à intenção do condutor da pesquisa de, ao invés de tentar chegar a uma versão “real” dos fatos, buscar, a todo momento, apontar as variações e as contradições que, invariavelmente, fazem parte dos diversos fragmentos narrativos da pesquisa que foi conduzida. A segunda é de que ele não partiu de nenhuma construção teórica dada *a priori* e produzida externamente, teoria que ele poderia estar tentando provar ou refutar. Partiu-se dos dados das interpretações que foram sendo construídos acerca deles. A intenção é que, ao percorrer dessa maneira os meandros dos discursos e do conjunto de discursos e da vivência a que se referem, perseguindo os detalhes, diferenças, incoerências, ambiguidades, o pesquisador pudesse

construir uma interpretação para ampliar o entendimento sobre a sociedade em que vivem os informantes e sobre como eles a vivem.

A partir das análises conduzidas nas fases de codificação aberta, axial e seletiva, conforme estabelecido operacionalmente pela *grounded theory*, foi possível iniciar a proposição da teoria substantiva, a partir da elaboração de uma série de “esquemas” para apresentar tanto as propriedades de cada categoria emergente da análise quanto as relações entre as categorias. Operacionalmente, a primeira tarefa foi propor o que os autores chamam de “categoria central”, que representa o fenômeno a ser explicado pela teoria. Entre as várias características estabelecidas para a escolha da categoria central da teoria, as principais são: todas as outras categorias importantes podem estar relacionadas a ela; a categoria deve aparecer frequentemente nos dados, - ou seja, há indicadores apontando para esse conceito; o conceito consegue explicar variações e também o ponto principal dos dados; o nome ou frase utilizada para descrever a categoria central deve ser suficientemente abstrata, a fim de que possa ser usada para fazer pesquisa em outras áreas substantivas. Para se chegar à definição da categoria, foi necessário realizar um processo de abstração e um constante questionamento no tocante aos conceitos e categorias envolvidos. O QUADRO 3 apresenta a “construção” da categoria “compartilhamento de objetos e espaços”.

QUADRO 3 – Uma categoria e suas principais subcategorias e códigos associados

CATEGORIA	PRINCIPAIS SUBCATEGORIAS E CÓDIGOS ASSOCIADOS	
Compartilhamento de objetos e espaços	“Aparelhos são para todos” (7) Brigas para uso da televisão (14) Compartilhamentos dos objetos (17) Compartilhamento dos espaços (2) Compra de aparelhos usados (24) Doação de aparelhos eletrônicos (4)	Empréstimo dos aparelhos (10) Ganhar aparelhos eletrônicos (2) Relações com a família (24) Socialização do som (4) Troca de aparelhos entre parentes (5) Venda de aparelhos usados (2)

Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Nota: O número entre parênteses representa a quantidade de citações relacionadas a cada código.

Um dos códigos com maior número de citações, por exemplo, é o intitulado “relações com a família”. Algumas das citações referentes a este código são as seguintes:

“Assim, porque todo mundo mora perto, aí gosta lá de casa. Não sei por que, parece que lá em casa tem mel, que meus primos não saem de lá de casa. Eu tenho vários primos, a gente mora tudo perto um do outro.”

“Mais estamos ali junto. Porque mesmo com discussão ali, a gente tá pra resolver todo mundo junto, e pra mim isso é família.”

“Lá em casa era muito badalado, era um entra e sai. Natal lá na minha casa era muito..., então a casa sempre foi muito cheia. Eu mais meu irmão, a gente sempre teve muito amigos, entendeu? Muito cheia, sempre festinha, sempre ficava lá, então muito bom, muito gostoso.”

Contudo, para definir adequadamente o significado da categoria central da teoria, torna-se importante discutir suas propriedades e dimensões. Assim, a dimensionalização das propriedades de uma categoria é um processo fundamental para o desenvolvimento da teoria, visto que tem como função agregar maior poder explicativo. No mesmo sentido, a dimensionalização da categoria central permite que sejam identificados padrões que partilham da mesma variação dimensional ao longo das propriedades (MELLO, 2002). No caso da pesquisa, a dimensionalização das propriedades das categorias poderia ser entendida como a “articulação” de todas as outras categorias e códigos que ajudam a explicá-la. Por exemplo, a categoria central do estudo foi definida como “questões simbólicas envolvendo as experiências de consumo de eletrônicos” e suas propriedades foram, entre outras, “sentimento” pelos aparelhos, uso da televisão como reunião de família, satisfação dos filhos, enfim, ajudou a mostrar que a posse e a experiência de consumo dos aparelhos eletrônicos por

parte dos consumidores de baixa renda não está somente associada a questões utilitárias, mas sim a diversos aspectos simbólicos.

Um ponto que não pode ser negligenciado remete ao fato de que para a apresentação das categorias, bem como suas propriedades e relações, é necessária a utilização do que Strauss e Corbin (2008) chamam de “modelos”. No caso desta pesquisa, para evitar alguma “confusão” ou conotação positivista, julguei mais pertinente o uso da palavra *esquema* tanto para apresentar as propriedades quanto para caracterizar as relações entre as categorias que emergiram ao longo do estudo. Assim, a noção de esquema parece estar associado à forma e à ideia e pode ser aplicada tanto à descrição quanto à explicação de fenômenos, bem como contribuir com uma representação para entendimento do que é observado.

Na visão de Strauss e Corbin (2008), é importante definir hipóteses ou declarações relacionais, uma vez que elas unem dois ou mais conceitos, explicando aspectos concernentes ao “o que”, ao “por que”, ao “onde” e ao “como” de um fenômeno. Além disso, por meio delas, pode-se deduzir uma série de proposições específicas que irão compor o esquema teórico. A partir dos exercícios de interpretação conduzidos ao longo de todo o processo de análise dos dados, que se iniciou desde as primeiras observações verificadas em campo, decidiu-se enunciar uma hipótese fundamental da teoria que emergiu dos dados. Vale destacar que a relação foi discutida com alguns dos entrevistados na última fase de coleta de dados e que vários exercícios de comparação forneceram suporte empírico para validá-la.

Para facilitar o entendimento da hipótese fundamental do estudo, o autor da pesquisa julgou ser interessante construir um esquema que tenta ilustrar o que foi proposto. Assim, a FIG. 1 apresenta um exemplo da construção de um esquema que representa, nesse caso, o esquema geral da teoria.

Uma vez que o objetivo da construção de uma teoria é proporcionar uma explicação ou um entendimento de um fenômeno, torna-se importante alguns tecer alguns comentários acerca dos componentes básicos que irão compor a teoria. Um desses componentes básicos é o que Strauss e Corbin (2008) chamam de “condições”. Assim, condições são conjuntos de fatos ou acontecimentos que criam situações, questões e problemas pertencentes a um fenômeno e, até certo ponto, explicam por que e como as pessoas ou grupos respondem de determinadas maneiras (STRAUSS e CORBIN, 2008). Esses autores propõem que os pesquisadores devem rotular as condições em três tipos: causais, interventoras e contextuais. Essa tarefa tem por objetivo principal tentar organizar parte das relações complexas entre as condições e sua relação subsequente com as ações ou interações.

As condições causais representam conjuntos de fatos ou acontecimentos que influenciam os fenômenos. Já as condições interventoras são aquelas que mitigam ou alteram o impacto das condições causais no fenômeno. Por fim, as condições contextuais compreendem os conjuntos específicos de condições que se cruzam dimensionalmente neste momento e local para levar a um conjunto de circunstâncias e/ou problemas aos quais as pessoas respondem por meio de ações ou interações. No caso desta pesquisa, seria a combinação das condições causais e as condições interventoras. Sobre as condições contextuais da teoria substantiva, buscou-se delinear as características de três comportamentos dos entrevistados: “acomodado”, “cauteloso” e “afoito”. Esta “categorização” não teve o objetivo de enquadrar os consumidores em “rótulos” ou “estratos fechados”, procedimento comum nos estudos de base positivista. Pelo contrário, a ideia é de que no exercício de construção da teoria substantiva é possível identificar entre os consumidores uma série de condições que se combinam e podem favorecer o aparecimento de comportamentos diferenciados. Também de importância para a elaboração da teoria é a definição do que os autores chamam de “ações” ou “interações”, que são os atos propositais deliberadamente praticados para resolver um problema, moldando, dessa forma, os fenômenos de alguma forma.

A grande mensagem desta etapa da pesquisa envolvendo a *grounded theory* explicita a necessidade de o pesquisador estar aberto a novas proposições acerca de um problema e a diferentes novos olhares sobre um determinado fenômeno, além de estar disposto a estabelecer “pontes” e articulações de cunho alternativo, inclusive com o aporte de autores de outras áreas do saber.

As dúvidas, dilemas, dificuldades e angústias vivenciadas ao longo do processo

Ao analisar todo o percurso conduzido ao longo do processo desta pesquisa, é útil trazer para debate algumas questões percebidas no que tange ao método utilizado que culminaram com a geração da teoria substantiva. De início, torna-se interessante mencionar o que McCracken (2003), fazendo menção a Thorstein Veblen, chamou de “penalidade de tomar a iniciativa”. Para esse autor, a ausência de uma tradição acadêmica em determinado campo de estudo com outros métodos de pesquisa confere a este mesmo campo uma expressiva diversidade de qualidade e de abordagem. Nesse sentido, os pesquisadores que se “aventuram” por ir além do que é apregoado pelos adeptos do *mainstream* ou do que é considerado padrão nesse campo têm que assumir, além das responsabilidades acadêmicas de praxe, as implicações e riscos de todo empreendimento pioneiro, encontrando seu próprio caminho em um território “não mapeado”.

Após quinze meses de trabalho de campo conjugado com a análise dos dados, nos quais foram gastas centenas de horas tentando compor uma “peça teórica” que fizesse sentido, ficam evidentes que muitas foram as dúvidas, os dilemas, as dificuldades e as angústias vivenciadas pelo pesquisador ao longo de todo o processo. A primeira grande dificuldade está relacionada à quase inexistência de textos sobre a forma de operacionalização da *grounded theory*. Boa parte dos pesquisadores simpatizantes deste “movimento” de pesquisa se limita a construir seu histórico, discutir suas características e fazer comparações com outros métodos de pesquisa. Pouco se publicou no exterior e principalmente em língua portuguesa sobre como realmente se pode conduzir uma pesquisa baseada na *grounded theory*.

No trabalho de campo, a primeira sensação que se tem ao iniciar uma pesquisa baseada na *grounded theory* é de um certo desamparo que leva a um sentimento de angústia. Desamparo que está baseado talvez no viés positivista (fruto de uma formação – equivocada e míope - em nível de graduação e até mesmo de pós-graduação baseada na certeza de que existe somente uma “forma” de se fazer ciência) de muitos pesquisadores que precisam se basear em uma estrutura teórica escolhida *a priori* para balizar seus achados e suas conclusões. Em uma pesquisa cujo objetivo é gerar uma teoria substantiva, esta “muleta teórica” não é possível. O pesquisador precisa ir a campo com a noção de que é essencial evitar que ideias preconcebidas advindas da literatura assumam o controle do processo de interpretação e influencie a construção da nova teoria. Nesse sentido, a proposta de se conciliar a *grounded theory* com a etnografia ganha importância, pois em um trabalho de inspiração etnográfica, o pesquisador tem à sua disposição um arsenal de técnicas para facilitar o contato, a interação e a interpretação dos dados a partir da visão do pesquisado.

Com relação à análise dos dados, vale destacar que esta é uma das fases mais desafiadoras da *grounded theory*. Como são muitas as possibilidades de interpretação e várias as decisões a serem tomadas acerca das análises preliminares até o fechamento final da teoria, aliadas à percepção referente ao dinamismo e ao movimento do mundo social, uma certeza é óbvia: querer encaixar pessoas em alguns modelos predeterminados certamente seria violentá-las. Levando-se em consideração uma declaração “feliz” de Caldeira (1984), os vários pedaços que formam os discursos acerca das experiências vividas pelos indivíduos não são como peças de um quebra-cabeça que, uma vez colocadas em seu devido lugar, revelam uma imagem global. Curiosamente, elas assemelham-se mais a peças de um caleidoscópio que, dependendo do movimento, compõem, para a surpresa do pesquisador, figuras diferentes. Ou

seja, outros pesquisadores podem “ver” algo revelador e “detalhes” não percebidos anteriormente. Em outros momentos, com os mesmos elementos, pode-se produzir uma interpretação diferente ou, até, conflitante. O próprio pesquisador, a partir desses mesmos dados, pode chegar a outra análise...

Os softwares de análise de dados qualitativos (tais como o Atlas ti, o Nvivo, o Nudist, entre outros) podem servir como auxiliares no processo, muitas vezes mecânico, de organização, indexação e revisão dos dados. Como boa parte dos dados é obtida por meio de entrevistas e observações, os programas deste tipo ajudam muito a diminuir a “ansiedade” e a “angústia” do pesquisador que, não raramente, sente-se perdido em meio a uma “selva de textos”. Contudo, os softwares, pelo menos por enquanto, felizmente, não têm a capacidade de “cuspir” uma teoria pronta e acabada. Pelo contrário, a grande tarefa de (re)interpretar todos os dados, de perceber e respeitar as ambigüidades, de buscar o detalhe, de perceber o não-dito, de (re)conectar constantemente as partes, de (re)construir a teoria por diversas vezes ainda faz parte dos desafios (e dos dilemas) do pesquisador.

A escolha da categoria central, das hipóteses fundamentais da teoria, das condições causais e interventoras, bem como das ações e interações são as fases cruciais do trabalho de interpretação. É neste ponto que torna-se fundamental a checagem com os entrevistados, a triangulação dos resultados e as auditorias. A sugestão de criação de grupos de pesquisas torna-se importante, uma vez que a promoção de estudos em grupos é capaz de proporcionar uma maior eficiência ante o esforço de um pesquisador isolado. Dessa forma, ganha vulto a importância de grupos de pesquisas que possam compartilhar tanto dilemas, angústias e dificuldades quanto a feliz e recompensadora sensação de descoberta, que, aliás, “coroa” o trabalho de qualquer pesquisador.

O retorno à literatura, como não poderia deixar de ser diferente, também oferece seus desafios. O pesquisador pode (e vai) se sentir tentado a ratificar ou reproduzir fielmente alguns dos pressupostos teóricos da área substantiva pesquisada. Porém, quase certamente, os dados empíricos vão caminhar em outro sentido, indicando ambigüidades e incoerências. Neste caso, o pesquisador deve se manter fiel ao que foi coletado no campo e identificar na literatura as “lacunas” nas quais estes achados podem ser “acomodados”.

Referências

- AGAR, Michael H. **The Professional Stranger**. Orlando: Academic Press, 1980.
- BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. Softwares em Pesquisa Qualitativa. IN: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; CUNHA, Cristiano J. C. de A. Grounded theory. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. **A Política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que eles pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006.
- CHARMAZ, K. Constructivist and objectivist grounded theory. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.
- CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm. Grounded theory research: procedures, canons, and evaluative criteria. **Qualitative Sociology**, v.13, n.1, p.3-21, 1990.

- CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. London: Sage Publications, 1998.
- DEY, I. **Grounding Grounded Theory: guidelines for qualitative inquiry**. San Diego, USA: Academic Press, 1999.
- EGAN, T. Marshall. Grounded theory research and theory building. **Advances in Developing Human Resources**, v.4, n.3, p.277-295, 2002.
- FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New York: Aldine, 1967.
- GOULDING, C. **Grounded Theory: a practical guide for management, business and market researchers**. London: Sage Publications, 2002.
- HAIG, Brian D. **Grounded theory as scientific method**. Philosophy of Education, 1995.
- ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Apresentando a Grounded Theory: uma nova proposta de abordagem qualitativa na pesquisa organizacional. In: EnANPAD, 25°. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.
- KELLE, Udo. Análise com Auxílio de Computador: Codificação e Indexação. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- LOCKE, K. **Grounded Theory in Management Research**. London: Sage Publications, 2001.
- MARIAMPOLSKI, Hy. **Ethnography for Marketers: a guide to consumer immersion**. London: Sage Publications, 2006.
- MCCRACHEN, Grant. **The Long Interview**. London: Sage Publications, 1988.
- MCCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MELLO, Rodrigo B. **Uma Teoria Substantiva da Adaptação Estratégica a Ambientes Turbulentos e com Forte Influência Governamental: o caso das pequenas construtoras de edificações**. 242 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MIGUELES, Carmen. Introdução. IN: MIGUELES, Carmen (org). **Antropologia do Consumo: Casos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MUHR, T. ATLAS/ti: a prototype for the support of text interpretation. **Qualitative Sociology**, v. 14, n. 4, 1991.
- PEIRCE, C. S. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1965.
- SCHWANDT, T. A. Três Posturas Epistemológicas para a Investigação Qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. IN: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- SELDÉN, Lars. On Grounded Theory – with some malice. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 114-129, 2005.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1998.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SUDDABY, Roy. What Grounded Theory Is Not. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 4, p.633–642, 2006.